



E-BOOK

Escola para todos:

Práticas de educação inclusiva e
acessibilidade curricular nos Anos Iniciais

SABER 

ea
editora ática

 **Editora
Saraiva**


editora scipione

INTRODUÇÃO

O direito de aprender juntos

Toda sala de aula já é, por natureza, diversa. Alguns estudantes aprendem lendo, outros precisam tocar, ouvir ou repetir muitas vezes. Também há crianças que chegam com diagnósticos e laudos, e há outras que apresentam dificuldades igualmente reais, mas que ainda não foram nomeadas por nenhum documento. A questão, portanto, nunca foi "incluir ou não incluir". A questão é: como garantir que toda criança, de fato, aprenda?

A perspectiva inclusiva parte justamente desse ponto: não basta matricular o estudante na classe comum. É preciso remover barreiras que impedem sua participação e sua aprendizagem, do currículo à prática pedagógica, da organização da rotina ao modo como a turma convive.

Na prática, ajuda muito diferenciar três ideias. **Inserção** é quando o estudante apenas está na sala. **Integração** é quando ele participa, mas sob a lógica de que deve se adaptar sozinho ao que já existe. Já a **inclusão real** é outra coisa: a escola ajusta intencionalmente seus meios de ensinar, avaliar, comunicar e acolher, para que todos aprendam com equidade. Ou seja, o foco sai do "como o estudante se encaixa" e passa para "como a escola organiza condições de aprendizagem para cada um". É a escola, o currículo e o professor que se adaptam, para que o estudante possa aprender com equidade.

Esse compromisso também tem bases normativas. A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) define aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica e apresenta a formação humana integral como horizonte. Já a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, mais conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (LBI), estabelece a promoção do exercício de direitos em igualdade de condições, com foco em inclusão social e cidadania. Em termos de gestão, isso significa que **acesso, participação e aprendizagem não podem ser tratados como dimensões separadas**.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2008 e ainda referência fundamental para as redes, define que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é complementar à sala regular, nunca substitutivo. Isso significa que a sala de aula é o lugar de todos os estudantes, e o AEE existe para potencializar essa participação, não para tirar o aluno de lá.

Com esse marco em mente, este guia se apoia nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) para oferecer estratégias que o professor pode aplicar agora, com o que tem, sem esperar pela escola ideal.

SUMÁRIO

Clique para ir ao capítulo desejado.

CAP. **1** O DESENHO
UNIVERSAL PARA A
APRENDIZAGEM (DUA)

CAP. **2** CONHECENDO O
ESTUDANTE PARA
ALÉM DO DIAGNÓSTICO

CAP. **3** ADAPTAÇÃO
CURRICULAR
NA PRÁTICA

CAP. **4** PARCERIA:
PROFESSOR REGENTE
+ AEE + FAMÍLIA

CAP. **5** BARREIRAS
ATITUDINAIS E
CLIMA DE EMPATIA

CAP. **6** CONCLUSÃO: A
INCLUSÃO COMO
VALOR SOCIAL



CAPÍTULO 1

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)

Imagine que você vai construir um prédio. Você pode construir pensando em pessoas sem deficiência e, depois, adicionar rampas e elevadores como "correções". Ou pode projetar desde o início com rampas, portas largas, sinalização tátil e sonora, de forma que o prédio funcione bem para todo mundo, independentemente de quem entre por ele. Esse segundo caminho é o princípio do Desenho Universal.

No contexto educacional, o DUA parte da mesma lógica: em vez de planejar aulas para um estudante hipotético "padrão" e depois adaptar para os demais, o professor planeja desde o início pensando em múltiplas formas de engajar, apresentar conteúdo e permitir que o estudante demonstre o que aprendeu. Na prática, isso beneficia não só os alunos com alguma deficiência, mas todos.

O DUA foi desenvolvido pelo Center for Applied Special Technology (Cast) nos Estados Unidos e se estrutura em três princípios fundamentais, que funcionam como pilares interligados.

Os três pilares do DUA, na prática:



01. Engajamento

É o "porquê" da aprendizagem. Envolve interesse, motivação, segurança emocional, previsibilidade e sentido. Na sala de aula, isso pode aparecer em ações simples:

- antecipar a rotina com imagens;
- oferecer escolhas entre duas atividades equivalentes;
- conectar o conteúdo a temas do cotidiano da criança;
- alternar momentos de foco individual, pares e grupo;
- usar metas curtas e feedback frequente.



02. Representação

É o “o quê” será aprendido e como o conteúdo será apresentado. Na prática:

- combinar fala, imagem, gesto, exemplo concreto e escrita;
- usar textos com apoio visual;
- apresentar instruções em etapas;
- explorar objetos, gráficos simples, vídeos curtos e materiais táteis;
- destacar informações essenciais com cor, contraste e organização visual.



03. Ação e expressão

É o “como” o estudante demonstra o que aprendeu.

Em vez de exigir sempre a mesma resposta, o professor pode oferecer:

- resposta oral;
- montagem com figuras;
- desenho legendado;
- uso de alfabeto móvel;
- resolução com material dourado, tampinhas ou palitos;
- comunicação alternativa, quando necessário.

Um ponto central do DUA é que flexibilidade não significa perda de intencionalidade. O objetivo de aprendizagem continua claro. O que muda são os caminhos. Essa diferença é importante. Adaptar não é “facilitar demais”. É garantir acesso real ao mesmo núcleo de aprendizagem, com apoios proporcionais às barreiras observadas.

Esses três pilares não precisam ser implementados todos de uma vez. **O DUA é uma direção, não uma lista de tarefas a marcar.** O professor que começa a pensar “De que outras formas posso apresentar esse conteúdo?” já está praticando o Desenho Universal.

Um ponto importante: o DUA não elimina a necessidade de adaptações individuais para estudantes com necessidades muito específicas. Ele reduz significativamente a necessidade dessas adaptações, porque já prevê a diversidade no planejamento. Mas o Plano de Ensino Individualizado (PEI), que veremos no próximo capítulo, continua sendo necessário para situações que demandam um olhar mais focado.



BOXE DE ESTUDO DE CASO

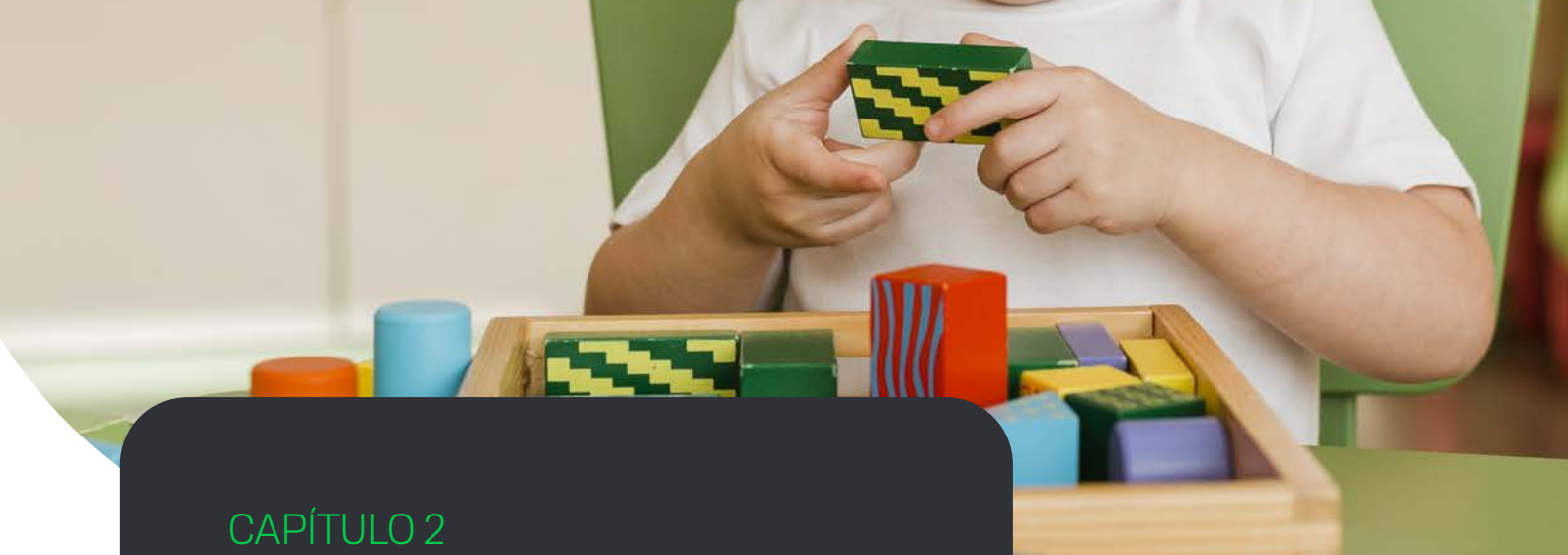
Ana Luiza, 1º ano, **deficiência intelectual leve**

Contexto: o desafio era a introdução dos números até 10. A turma trabalhava com o livro didático e exercícios no caderno. Ana Luiza não conseguia acompanhar o ritmo escrito, mas demonstrava compreensão quando manipulava objetos concretos.

Adaptação DUA aplicada: a professora passou a disponibilizar tampinhas coloridas e palitos de sorvete para toda a turma durante as aulas de numeração (pilar: Representação com materiais concretos). Criou fichas com o numeral impresso em tamanho grande acompanhado de imagem (cinco maçãs ao lado do número 5). As atividades passaram a ter duas versões: uma com escrita e outra com recorte e colagem de quantidades (pilar: Ação e Expressão).

Resultado: Ana Luiza avançou na contagem até 10 com correspondência termo a termo. E outros seis estudantes da turma, que também tinham dificuldade com a abstração numérica, se beneficiaram das mesmas adaptações.





CAPÍTULO 2

Conhecendo o estudante para além do diagnóstico

O diagnóstico pode trazer informações importantes, mas ele não ensina, sozinho, como a criança aprende em sala. O que orienta a prática cotidiana é a observação pedagógica: em que condições o estudante se engaja, que apoios favorecem sua participação, quais barreiras aparecem com mais frequência, como responde a comandos, quanto tempo sustenta a tarefa, de que forma demonstra compreensão. O olhar do professor, aqui, é uma ferramenta de planejamento.

Na prática da educação inclusiva, o erro mais comum é planejar a partir da Classificação Internacional de Doenças (CID), em vez de partir da criança real. Dois estudantes com o mesmo diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) podem ter perfis de aprendizagem completamente diferentes. Um pode ter leitura fluente e dificuldade de escrita, enquanto o outro pode se comunicar principalmente por imagens. Tratar o diagnóstico como se fosse a pessoa é, ao mesmo tempo, um equívoco pedagógico e uma forma de invisibilizar quem está ali.

O caminho mais consistente pode ser o da observação pedagógica sistemática. Isso significa olhar para o estudante em diferentes situações: em **atividades individuais e coletivas, em momentos estruturados e em tempos livres, em tarefas que ele domina e em situações de desafio**. Essa observação não precisa ser formal ou burocrática. Pode ser uma anotação rápida no caderno de planejamento, um registro fotográfico de uma produção, uma conversa com a família.

A pergunta que orienta essa observação é simples: o que esse estudante consegue fazer, e em que condições ele consegue fazer melhor?

O que observar, de forma objetiva:

- Como o estudante inicia a atividade?
- Quanto compreende da instrução oral?
- O que melhora quando há imagem, modelo ou exemplo?
- Como reage a ruído, espera e mudanças de rotina?
- Como se comunica quando precisa de ajuda?
- Que tipo de tarefa consegue realizar com autonomia parcial?

É a partir dessas observações que se constrói o Plano de Ensino Individualizado, o PEI. O PEI é um instrumento pedagógico, não clínico. Ele documenta as metas de aprendizagem do estudante, as estratégias que serão usadas, os recursos necessários, os responsáveis por cada ação e os indicadores de acompanhamento. Funciona como uma bússola: não é um contrato fechado, mas uma referência que orienta o trabalho e pode ser ajustada ao longo do ano.

Muitos professores regentes relatam que nunca viram um PEI ou que, quando veem, é um documento muito extenso e difícil de usar no dia a dia. Esse é um problema real. Um PEI útil precisa ser acessível a quem vai usá-lo, ou seja, escrito com clareza, com metas concretas e com sugestões práticas que caibam na rotina de uma sala com muitos estudantes.



Estrutura simples de um PEI pedagógico

1. Perfil de aprendizagem

O que mobiliza o estudante, como se comunica e quais apoios favorecem sua participação.

2. Barreiras observadas

Exemplo: excesso de informação na folha, pouca previsibilidade, dependência de leitura longa, baixa legibilidade visual.

3. Potencialidades

Exemplo: boa memória visual, interesse por jogos, resposta positiva a pares, participação oral ativa.

4. Metas de curto prazo

Exemplo: reconhecer informações principais em textos curtos com apoio visual; resolver adições simples com material concreto; registrar ideias com frases-modelo.

5. Apoios e adaptações combinados

Rotina visual, redução de itens sem reduzir o objetivo, leitura compartilhada, ampliação de fonte, prancha de comunicação, mediação em etapas.

6. Forma de acompanhamento

Portfólio, registro fotográfico, rubrica simples, devolutiva quinzenal, conversa com AEE e família.

Checklist de um bom PEI

- ✓ Tem metas possíveis e mensuráveis?
- ✓ Evita linguagem clínica desnecessária?
- ✓ Foca no que acontece na aula?
- ✓ Explicita quem fará e o quê?
- ✓ Prevê revisão periódica?
- ✓ Mostra avanços, não só dificuldades?



Quando o professor trabalha com esse tipo de registro, a sensação de improviso diminui. O estudante deixa de ser visto apenas pela dificuldade e passa a ser compreendido em sua forma de aprender.



BOXE DE ESTUDO DE CASO

Lucas, 2º ano, **Transtorno do Espectro Autista (TEA), nível 1 de suporte**

Contexto: o desafio era a alfabetização. Lucas tinha boa memória visual e conseguia reconhecer palavras inteiras, mas tinha grande dificuldade com a correspondência fonema-grafema e com a sequência do traçado das letras. A agitação motora aumentava quando era exigida cópia longa.

O PEI indicou como meta do bimestre: reconhecer e escrever o próprio nome com autonomia e identificar 10 palavras do campo semântico "minha casa" em textos simples.

Estratégias definidas: uso de letras móveis de EVA para composição de palavras (redução da demanda de escrita); cartela pessoal de palavras com imagem e escrita em fonte grande; roteiro visual fixado na mesa com a sequência da aula (entrada, roda, atividade, lanche, pátio). A avaliação foi registrada com fotos das produções ao longo do bimestre.

Resultado: Lucas atingiu a meta em seis semanas. A professora relatou que a cartela de palavras foi adotada por mais quatro estudantes da turma, voluntariamente.

CAPÍTULO 3

Adaptação curricular na prática

Fazer adaptação curricular, na prática, não é trocar o currículo por um “currículo à parte”. É preservar a intencionalidade da aprendizagem e ajustar acesso, mediação, material, tempo, linguagem e forma de resposta. Esse é o ponto. O alvo continua sendo o desenvolvimento das aprendizagens essenciais previstas para a etapa, mas com percursos mais acessíveis e coerentes com a variabilidade da turma.

Uma boa adaptação costuma responder a quatro perguntas:

1. Qual é o objetivo principal da aula?
2. O que, nessa proposta, vira barreira para este estudante?
3. Que apoio remove ou reduz essa barreira?
4. Como o estudante poderá mostrar o que aprendeu?



Exemplo 1: aula de Português no 2º ano

Objetivo da aula: identificar personagens, cenário e sequência de fatos em uma narrativa curta.

Proposta original: leitura coletiva de um texto, seguida de perguntas escritas.

Barreiras possíveis: texto longo, muita informação por página, exigência exclusiva de resposta escrita, pouca previsibilidade da tarefa.

Possíveis adaptações:

- texto com menos informação por bloco visual;
- pictogramas ou ilustrações para marcar personagens e ações;
- leitura em voz alta com apontamento simultâneo;
- cartões com início, meio e fim da história;
- possibilidade de responder oralmente, por pareamento de imagens ou por sequência com figuras.



Exemplo 2: aula de Português no 2º ano

Objetivo da aula: resolver adições e subtrações simples com compreensão do valor posicional.

Proposta original: lista com 20 operações no caderno.

Barreiras possíveis: volume excessivo, abstração sem apoio concreto, pouca clareza visual, fadiga atencional.

Possíveis adaptações:

- reduzir o número de itens, mantendo variedade de raciocínio;
- usar material dourado, palitos ou tampinhas;
- organizar as contas em quadros bem espaçados;
- marcar unidade e dezena com cor;
- permitir resolução com manipulação antes do registro simbólico.



Exemplo 3: aula de Ciências no 4º ano

Perfil focal: estudante com baixa visão.

Barreiras possíveis: fonte pequena, contraste ruim, excesso de elementos visuais misturados, distância do quadro, material sem ampliação.

Possíveis adaptações:

- ampliar fonte e espaçamento;
- usar alto contraste;
- evitar folhas poluídas visualmente;
- garantir posição adequada em sala;
- descrever oralmente imagens e gráficos;
- oferecer material tátil, quando pertinente.



BOXE DE ESTUDO DE CASO

Solange, 4º ano, baixa visão

Contexto: em uma atividade sobre plantas, Solange recebia a mesma folha da turma, com imagens pequenas e legenda apertada. A adaptação foi simples: ampliação do material, menos elementos por página, leitura oral da legenda e uso de folhas reais para exploração tátil.

Ganho pedagógico: ela passou a acessar o conteúdo com mais autonomia, sem depender o tempo inteiro da mediação do adulto. Todos os demais estudantes se beneficiaram pelo contato com as folhas reais ao invés de apenas imagens impressas.



Exemplo 4: comunicação alternativa e pistas visuais

Para estudantes que se beneficiam de apoios na comunicação, algumas mudanças têm grande efeito:

- quadro de rotina com imagens;
- cartões de escolha (“quero ajuda”, “posso ir ao banheiro?”, “terminei”);
- pranchas simples com símbolos;
- instrução em uma etapa por vez;
- modelagem do que se espera antes da atividade.

Esse tipo de recurso não serve apenas para um perfil específico. Ele organiza a turma toda. Em classes heterogêneas, previsibilidade e clareza visual economizam energia docente e ampliam a autonomia dos estudantes.

Checklist de adaptação curricular

- ✓ O objetivo da aula foi preservado?
- ✓ A barreira foi identificada com clareza?
- ✓ O apoio escolhido responde à barreira real?
- ✓ Há mais de uma forma de participação?
- ✓ O material está visualmente acessível?
- ✓ O estudante consegue demonstrar aprendizagem sem depender apenas de escrita extensa?



Em resumo, adaptar é ajustar o caminho, não apagar a meta. Quando essa lógica entra no planejamento, a inclusão deixa de ser vista como improviso heroico e passa a ser competência pedagógica.





CAPÍTULO 4

Parceria: professor regente + AEE + família

Nenhum professor deve sustentar sozinho a inclusão, afinal a escola inclusiva depende de articulação. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem função complementar ou suplementar ao ensino comum, com foco na identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras à participação plena. Não é substituição da sala regular, nem um espaço para “resolver fora” o que a turma precisa enfrentar pedagogicamente.

O primeiro elo é a parceria com o professor de AEE. O Atendimento Educacional Especializado acontece, por definição, no contraturno, e seu papel é complementar ao trabalho da sala regular. O AEE não é reforço escolar, nem lugar de “revisar o que o estudante não aprendeu em sala”. É o espaço onde ele desenvolve habilidades específicas (como o uso de recursos de comunicação, orientação e mobilidade, língua de sinais) e onde o professor de AEE constrói os materiais e as estratégias que vão apoiar a aprendizagem na sala regular.

Para que essa parceria funcione, é necessário que os dois professores se falem. Parece óbvio, mas na prática há muitas escolas em que o professor regente e o de AEE nunca se reúnem formalmente. Uma reunião quinzenal de 30 minutos, mesmo que seja informal, muda completamente a qualidade do trabalho. O ideal é que o professor de AEE visite a sala regular periodicamente, não para assumir o estudante, mas para observar e oferecer sugestões contextualizadas.

O segundo elo é a família. A família conhece o aluno de formas que a escola não consegue alcançar. Saber o que acalma uma criança em crise, quais são seus interesses e paixões, como ela se comunica em casa, o que mudou recentemente em sua rotina: tudo isso é informação pedagógica valiosa. Uma família que se sente acolhida e respeitada pela escola tende a participar mais e a apoiar a aprendizagem em casa de forma mais consistente.

A comunicação com a família precisa ser bidirecional. Não basta enviar bilhetes ou convocar apenas quando há problema. Compartilhar avanços, mesmo que pequenos, cria uma relação de confiança que sustenta o trabalho ao longo do ano. Cadernos de comunicação, mensagens por aplicativo e reuniões presenciais com pauta clara são ferramentas simples e eficazes.

Um aspecto importante: a família também precisa ser orientada sobre o que o trabalho do AEE propõe e o que a escola espera dela em casa. Muitas vezes, a família reforça em casa a dependência que a escola está tentando reduzir, não por má vontade, mas por falta de informação. A gestão escolar tem papel central em criar espaços de formação e diálogo com as famílias de estudantes com deficiência.

O terceiro elo, muitas vezes esquecido, é o da equipe gestora. A diretoria ou diretoria pedagógica que acompanha o trabalho inclusivo, que articula horários para que professores possam se reunir, que garante os recursos necessários e que protege o professor regente de pressões externas (como exigências de rendimento que não consideram a diversidade da turma) é fundamental para que a inclusão deixe de ser uma exceção e se torne uma cultura escolar.



Como dividir responsabilidades de forma saudável

Professor regente

Observa a participação do estudante na rotina, ajusta propostas, registra avanços e barreiras, organiza a mediação pedagógica.

Professor de AEE

Apoia na identificação de barreiras, sugere recursos de acessibilidade, colabora na elaboração de estratégias e acompanha o uso desses apoios.

Gestão escolar

Garante tempo de planejamento, organiza fluxos, acompanha documentação pedagógica e fortalece cultura institucional inclusiva.

Família

Compartilha informações importantes sobre comunicação, rotina, interesses e estratégias que funcionam com a criança, além de acompanhar avanços de forma parceira.

Checklist: parceria funcional entre professor regente e AEE

- ✓ Os dois professores se reúnem com regularidade (mínimo mensal)?
- ✓ O professor regente compartilha o planejamento com antecedência?
- ✓ O AEE conhece os conteúdos trabalhados em sala naquele bimestre?
- ✓ O PEI foi elaborado em conjunto e é revisado periodicamente?
- ✓ A família participa das revisões do PEI pelo menos uma vez por semestre?
- ✓ A gestão garante tempo e espaço para essa articulação?



CAPÍTULO 5

Barreiras atitudinais e clima de empatia

Nem toda barreira é material, muitas são atitudinais e podem aparecer em expectativas baixas, em falas que infantilizam, em comparações injustas, em práticas que expõem o estudante, em piadas naturalizadas, em decisões tomadas sem escuta. A perspectiva inclusiva pede outra postura: reconhecer a diferença como parte da escola e enfrentar a exclusão com uma atitude pedagógica e institucional anticapacitista.

A própria atualização das diretrizes do DUA tem a capacidade de ampliar o olhar para pertencimento, comunidade, colaboração, empatia e práticas restaurativas. Isso é muito relevante nos Anos Iniciais, quando a cultura de turma ainda está sendo formada. O clima da sala pode ensinar tanto quanto o conteúdo.

Como trabalhar empatia sem transformar o colega em “tema”:

- discutir diferentes formas de aprender;
- valorizar estratégias diversas para resolver a mesma tarefa;
- propor atividades cooperativas com papéis complementares;
- nomear apoios como parte natural da aprendizagem;
- evitar exposições públicas sobre diagnóstico ou limitações.

Atividades de sensibilização para a turma toda

1. Jeitos diferentes de aprender

A professora propõe três estações para o mesmo conteúdo: uma com leitura, outra com imagens e outra com material concreto. Depois, conversa com a turma: “Qual jeito ajudou mais você hoje?”. A atividade mostra, sem moralismo, que todo mundo aprende de forma diferente.

2. Missão cooperativa

Em pequenos grupos, cada estudante recebe uma função importante: leitor, organizador de materiais, relator, ilustrador, mediador do tempo. Isso reforça interdependência positiva e reduz a lógica de competição.



3. Histórias e livros com diversidade

A literatura infantil é uma aliada forte. Quando a diferença aparece em narrativas potentes, e não como “problema a ser superado”, a turma amplia repertório de convivência e respeito.

4. Combinados de linguagem respeitosa

A turma pode construir, com mediação do professor, um cartaz de convivência com frases como: “cada pessoa aprende de um jeito” e “esperar o tempo do outro também é aprender”.

Em termos de gestão da sala, isso previne conflitos e reduz a exclusão silenciosa. O estudante com deficiência não precisa ser o centro de todas as conversas sobre inclusão. O ideal é que a própria cultura da turma incorpore acessibilidade, respeito e cooperação como parte da rotina.



Atividade sugerida: “O que eu preciso para aprender?”

Peça para que cada estudante da turma preencha (ou desenhe, para os não alfabetizados) uma ficha com as perguntas: “O que me ajuda a prestar atenção?” e “O que me atrapalha quando quero aprender?”.

Os resultados, compartilhados voluntariamente, mostram para a turma que todo mundo tem necessidades diferentes, e nenhuma delas é motivo de vergonha. Para o professor, a atividade é também um diagnóstico de autorregulação e autoconhecimento da turma.



CONCLUSÃO: A INCLUSÃO COMO VALOR SOCIAL

Uma sala de aula inclusiva não é mais difícil de ensinar, mas pode ser a mais rica. Essa é uma afirmação que pode soar como consolo, mas ela é respaldada por evidências. Pesquisas em educação inclusiva mostram que turmas com práticas inclusivas consistentes desenvolvem maior tolerância à frustração, mais habilidade para trabalhar em grupo, maior capacidade de resolução de conflitos e mais empatia, competências que a BNCC elenca entre as mais importantes para a formação integral do estudante.

Quando uma criança aprende desde cedo que as pessoas têm formas diferentes de existir, de se comunicar e de aprender, ela está desenvolvendo uma competência que vai além dos conteúdos escolares. Ela está aprendendo a conviver, que é uma das habilidades mais complexas e mais necessárias que qualquer ser humano pode desenvolver.

Para o professor, cada adaptação que funciona é uma descoberta sobre como as pessoas aprendem. O recurso visual que foi criado para um estudante com autismo que clarifica o conteúdo para toda a turma. A atividade concreta pensada para um aluno com deficiência intelectual que engaja até aqueles que normalmente ficam desatentos. Esses momentos acontecem com frequência em salas inclusivas, e eles são o melhor argumento contra a ideia de que incluir "prejudica o ensino".

O caminho não é fácil, e seria desonesto fingir que é. Há dias em que o suporte não chega, em que a família não responde, em que a adaptação não funciona como planejada. Mas há também o dia em que o estudante que "nunca ia conseguir" lê a primeira palavra com autonomia. Ou em que o colega que ria agora segura a mão e ajuda. Esses momentos existem. E eles mudam a forma como todos na sala, professores e alunos, enxergam o que é possível.

A inclusão não é um favor que a escola faz ao estudante com deficiência. É a condição para que a escola cumpra sua função mais fundamental: garantir que toda criança aprenda, cresça e se reconheça como parte do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DE CONSULTA

Base Nacional Comum Curricular

<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

<https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm

Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009

https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf

CAST Universal Design for Learning Guidelines 3.0

<https://udlguidelines.cast.org/>

Inclusion in education - UNESCO

<https://www.unesco.org/en/inclusion-education>

Educação inclusiva | Trajetórias de Sucesso Escolar | UNICEF

<https://www.unicef.org/brazil/media/19441/file/educacao-inclusiva.pdf>

O que é Desenho Universal para a Aprendizagem? DIVERSA / Instituto Rodrigo Mendes

<https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-desenho-universal-para-a-aprendizagem/>

Centro de Referência em Educação Integral

<https://educacaointegral.org.br/reportagens/o-que-e-o-dua-desenho-universal-para-aprendizagem>

UNESCO | Educação Inclusiva: o caminho do futuro

https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000142179_por

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>

Desenvolvimento na Primeira Infância e Educação Inclusiva

<https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca>



SABER



ACESSAR O **SITE**

